

Texto de contextualização do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

O Brasil saiu do Mapa da Fome. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2015), em seu relatório *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo*, o Brasil é o país, entre os mais populosos, que apresentou os maiores avanços no combate à fome, reduzindo em 82,1%, entre 2002 e 2014, o número de pessoas subalimentadas. O país também cumpriu importantes metas internacionais de combate à fome e à insegurança alimentar: no caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), por exemplo, cuja meta era reduzir pela metade a proporção da população em situação de fome entre 1990 e 2015, o Brasil a reduziu substancialmente, de 14,8% para menos de 2% da população em situação de fome, no período.

De acordo com a FAO, entre os fatores que explicam a exitosa trajetória brasileira na superação da fome nos últimos anos estão a prioridade política da agenda de erradicação da fome e da desnutrição, o compromisso com a proteção social, destacando-se os programas de transferência de renda, o crescimento econômico e o fomento à produção agrícola, especialmente da agricultura familiar.

Este cenário que aponta para melhoras significativas na situação da população brasileira é resultado da implementação articulada de um conjunto de políticas voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional promovidas por diferentes setores da política pública: saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário, entre outros. Programas como o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria, que coordenaram a intervenção da política social de forma articulada, foram essenciais para o alcance destes resultados positivos.

A despeito dos excelentes resultados no combate à fome, brevemente descritos anteriormente, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à insegurança alimentar, especialmente povos e comunidades tradicionais – PCTs. Diferentes indicadores, entre eles a prevalência de desnutrição infantil e de extrema pobreza entre esses grupos, evidenciam isso. Para reduzir a insegurança alimentar e nutricional dessas populações é imperativo dar a elas maior prioridade na implementação do conjunto de ações voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional, que devem ser mais integradas, atentando às suas especificidades sociais, culturais e territoriais.

Ainda que tenhamos incrementado a produção agrícola nos últimos anos, em especial a proveniente da agricultura familiar, outro desafio que se coloca é a ampliação da produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis para a população brasileira. Para tanto, serão aprimorados os instrumentos das compras públicas da agricultura familiar, com destaque para as compras institucionais e a aquisição de sementes, e, também, a integração e a articulação de ações coordenadas por diferentes órgãos governamentais relacionados aos temas da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade. O objetivo é ampliar a produção de alimentos mais sustentáveis no campo, que permitam a conservação dos meios naturais necessários para a reprodução dos agricultores e suas famílias, e que levem à mesa do brasileiro, alimentos mais frescos, naturais e saudáveis.

Também é preciso avançar para que os alimentos produzidos possam alcançar, efetivamente, a população brasileira, em especial aqueles que ainda se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os desafios do abastecimento implicam fomentar modelos produtivos mais sustentáveis, baseados em circuitos curtos de produção e consumo; aprimorar a infraestrutura de transporte e armazenamento; modernização de estruturas de comercialização e dos sistemas de informação e,

especialmente, a integração das ações públicas voltadas a esses fins. A melhor articulação entre as políticas de compras públicas de alimentos possibilitará, inclusive, a organização da oferta de alimentos, em especial os da agricultura familiar.

Assim, para o período 2016/2019, um dos principais desafios que se coloca ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional é a promoção da alimentação saudável.

Promover a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis é imperativo para que o país enfrente o desafio de controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação. O padrão de consumo alimentar dos brasileiros tem contribuído para um aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade – em todas as faixas etárias, e, conseqüentemente, das doenças crônicas não transmissíveis, como as do coração, a hipertensão, o diabetes e o câncer, responsáveis por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. É preciso orientar a população brasileira sobre estilos de vida e alimentação adequados e saudáveis, para deter o crescimento do excesso de peso. Entre as diferentes metas e iniciativas, encontram-se ações voltadas à ampliação da disponibilidade de frutas e hortaliças e a restrição da oferta de alimentos ultraprocessados, assim como a discussão sobre a regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas processados e ultraprocessados em escolas públicas e privadas e em outros equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Outro desafio que se coloca para o período 2016/2019 é avançar na ampliação do acesso à água de qualidade para consumo humano para populações rurais com vistas à universalização do atendimento desse público. É importante lembrar que, desde 2003, já foram implementadas na região do Semiárido Brasileiro, com apoio do governo federal, mais de 1,1 milhão de cisternas com capacidade de armazenar 16 mil litros de água, cerca de 780 mil somente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (2011-2014). A despeito do expressivo número de atendimentos, é preciso dar seguimento a essa ação para aquelas famílias que ainda não possuem acesso ou tem acesso precário à água de consumo de qualidade. Serão implementadas, também, milhares de cisternas em escolas rurais daquela região. Além de fortalecer o abastecimento de água para consumo, a implementação dessas cisternas, com capacidade de armazenagem de 52 mil litros de água, possibilitará conscientizar alunos, professores e funcionários sobre os temas de acesso e gestão da água para a convivência com a seca. Ao contrário do Semiárido, na região Norte a falta de água de qualidade para consumo está relacionada com a poluição das fontes hídricas, especialmente devido à carência de saneamento básico nas áreas rurais, além da extrema dispersão das populações, o que torna muito difícil a implantação de redes de distribuição de água. Adaptar as tecnologias sociais de acesso à água às condições e especificidades da região, assim como avaliar a viabilidade de implementar sistemas simplificados de abastecimento de água em determinados núcleos isolados, também serão desafios para o período 2016/2019.

A estrutura de governança da segurança alimentar e nutricional no Brasil tem evoluído continuamente nos últimos anos. Um dos marcos dessa trajetória foi a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan, por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Desde a sua criação, o Sisan vem logrando importantes avanços relacionados à sua implementação, como a adesão, até 2014, de todos os 26 estados e do Distrito Federal, além de 89 municípios.

O fortalecimento do Sisan e de seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan) foi fundamental para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de SAN, de forma intersetorial e participativa. Tal governança vem sendo replicada pelos estados e, mais recentemente, pelos municípios.

Por meio da Caisan foi elaborado, revisado e monitorado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2012/2015). Além de dar continuidade ao processo de adesão de municípios e de elaboração dos planos estaduais de SAN, os principais desafios para a consolidação do sistema nos próximos anos estão relacionados aos seus mecanismos de financiamento e gestão, à definição das competências no âmbito federativo, à formalização do processo de pactuação federativa e à instituição de mecanismos de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Por fim, é preciso estruturar e consolidar o diálogo e a cooperação internacional do Brasil para promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, com a participação da sociedade civil e com maior coordenação da inserção brasileira nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais, em diversos âmbitos e fóruns multilaterais.